

O renascer da democracia e o despertar do Partido dos Trabalhadores (PT)¹

Wagner Hartje²

Resumo

O presente artigo visa introduzir uma discussão acerca do papel que os trabalhadores, o “novo sindicalismo” e o Partido dos Trabalhadores tiveram na reconfiguração da democracia brasileira, além de apontar aspectos da complexa reabertura política a partir dos anos setenta e a participação dos demais agentes de esquerda, sobretudo o PCB, na conjuntura em questão, bem como na consolidação do PT como protagonista neste campo político-social. Serão apresentadas, de igual maneira, algumas tendências internas de destaque na configuração petista, além de problemáticas no que concerne à estrutura organizativa do PT e as contradições teóricas-práticas da legenda.

Palavras-chave: “Nova República”, redemocratização, PT, democracia interna, socialismo.

O RENASCER DA DEMOCRACIA E A CONFIGURAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

Na metade final da década de 1970 a ditadura civil-militar deu mostras de esgotamento. Com apelo popular, à Lei da Anistia de 1979 que, apesar de suas limitações no tangente à abrangência dos beneficiados, garantiu a volta de muitos exilados e a soltura de presos políticos, a imposição do regime bipartidário foi abolida e substituída pela livre organização partidária a partir de 1980, num cenário de imensas disputas de hegemonia e a busca pelo resgate de algumas tradições políticas. O reordenamento das siglas partidárias apresentava uma dinâmica bastante diferente daquela deixada em 1964, uma vez que a correlação de forças mudara e novos atores políticos destacavam-se no momento da abertura. A participação dos tradicionais partidos comunistas, por exemplo, ainda que relevante, sofrera sérios desmontes na conjuntura da abertura, tendo em vista que a crise do leste europeu espirrou em todos os comunistas do mundo e a perda de boa parte de seus quadros para a repressão da ditadura ainda mostrava a fragilidade daqueles partidos nos anos 1980. Outra disputa importante no cenário nacional nesses tempos, é a busca pela herança do trabalhismo. Voltando do exílio ao qual ficou por

¹ Artigo apresentado na Semana Discente do IESP-UERJ 2018.

² Mestrando em História Contemporânea III na Universidade Federal Fluminense (UFF).

mais de quinze anos, Leonel Brizola buscou resgatar a histórica legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas acabou perdendo o registro no TSE para o grupo de Ivete Vargas e, como alternativa, fundou o PDT (Partido Democrático Trabalhista) o qual reivindicava as reais tradições trabalhistas.

Neste contexto, o Partido Democrático Trabalhista propunha uma nova forma de trabalhismo, que além de defender os direitos dos trabalhadores, incluiria a luta de minorias como as mulheres, os negros e os LGBT's. O PDT, entretanto, não consolidou-se como o expoente máximo de representação da classe trabalhadora, uma vez que as bases montadas pela ditadura modificaram a estrutura a qual os trabalhistas influenciavam no período pré-64³, além de ter surgido, em fins dos anos 1970, uma nova concepção de luta e de partido. Apesar disso, o PDT tornou-se o único partido que quebrou a hegemonia eleitoral da dupla PDS/PMDB (herdeiros dos bipartidários ARENA/MDB) nas primeiras eleições diretas desde os anos 1960, o pleito a governador de 1982⁴. Mesmo tratando-se de um resultado inexpressivo do ponto de vista nacional em relação aos principais concorrentes, o PDT aparecia como principal voz da esquerda em âmbito eleitoral no período. Contudo, com o passar dos anos, o fenômeno do recém-criado Partido dos Trabalhadores ocupa o espaço de supremacia no seio da esquerda.

As frações da direita também reorganizavam-se e disputavam o controle da conturbada vida política brasileira dos anos 1980. Com uma imagem bastante desgastada por ter sido, de um modo geral, o braço direito dos governos militares, a ARENA perdeu força, desmantelou-se e se rearticulou numa nova legenda: o Partido Democrático Social. O PDS teve bastante influência no jogo político brasileiro no cenário da redemocratização indicando uma de suas lideranças, Paulo Maluf, à sucessão presidencial indireta nas eleições de 1985, tendo sido este derrotado pela chapa Tancredo-Sarney por uma diferença de quase trezentos votos. Além disso, o partido elegeu dezenas de governadores na eleição de 1982 ainda fortemente marcada pela polarização PDS/PMDB, como citado.

Além da presença e da reorganização do PDS, diversos outros elementos podem ser encarados como uma tática de disputa política da direita e do governo para manter o controle político brasileiro. A reforma partidária e o pluripartidarismo, por exemplo, foram estratégias

³ Refere-se à reforma sindical imposta nos anos de 1960, diminuindo o caráter político dos sindicatos, fragmentando-os e fortalecendo a essência assistencialista dos mesmos.

⁴ Leonel de Moura Brizola ganhou as eleições no estado do Rio de Janeiro, tornando-se o único governador, em 1982, que fugia à dicotomia PDS/PMDB.

do governo para solucionar problemas de dissensões no interior da própria ARENA, garantindo um melhor reordenamento regional visando as eleições de 1982, e também uma forma de dividir o MDB em várias siglas e assegurar o controle federal no jogo eleitoral e no processo.⁵

ENFRAQUECIMENTO COMUNISTA E O PT COMO ALTERNATIVA

A reabertura política e a fundação do PT como partido político eleitoral, datada de 1980, mas moldada desde 1978, é contemporânea, naturalmente, ao remodelamento dos tradicionais partidos de esquerda brasileiros do pré-64, em especial do PCB. Além das perdas oriundas da repressão estatal no período de exceção, o PCB conviveu com diversas acusações e rachas nos vinte e um anos de ditadura. Acusado por alguns de haver mantido uma linha política *reformista*, de permanente diálogo com a burguesia nacional e superestimação da via eleitoral, o partido, de forma contraditória, também fora sentenciado por supostos *desvios esquerdistas*, já que havia abandonado a luta pela manutenção democrática e apostado em reformas excessivamente radicais para a correlação de forças dada no pré-64⁶.

Por esses aspectos, a estratificação do PCB chegou à redemocratização bastante consolidada, representada, dentre outros exemplos, à perda de unanimidade em torno de Luís Carlos Prestes e o surgimento de novos atores políticos, como o PT, que cumpriram o papel de ocupação de espaço no vácuo político da esquerda. A conjuntura internacional, de mesmo modo, com a fragmentação política gradual do bloco comunista, afetou a reorganização pecebista e serviu de imenso campo político para a um grupo interior à legenda iniciar uma importante guinada à moderação, presente ao longo da década de 1980.

Já em 1975, portanto na fase inicial de retorno à democracia, a Resolução Política do PCB indicava a defesa pela transição lenta e segura para evitar retrocessos⁷ e um novo endurecimento do regime. No decorrer do processo transitório, os comunistas mostraram-se influenciados pela ótica do eurocomunismo e da democracia como valor universal. Mesmo nas condições de esfacelamento interno e sob uma linha política recuada, o registro eleitoral do PCB só foi garantido no ano de 1985, assim os comunistas não puderam participar das primeiras

⁵ GRINBERG, Lúcia. Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 218/219.

⁶ PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória de Luiz Carlos Prestes. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Aarão Daniel (orgs). Revolução e Democracia (1964-...) – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 235.

⁷ Resolução Política do PCB, 1975. In: SECCO, Lincoln. História do PT (1978-2010). Cotia, SP. Ateliê Editorial, 2011. p. 71.

eleições gerais no país após a ditadura, situação que desacelerou a inserção da legenda no jogo político, contrapondo sua própria posição tática de enfrentamento à ditadura e, por consequência, a retomada da normalidade democrática e eleitoral com sua natural participação.

Na famosa *Carta aos comunistas*⁸, documento que praticamente sela sua saída do partido e distribuído em 1980, Prestes sinaliza algumas de suas preocupações com as orientações políticas do PCB, além de apresentar um quadro bastante complexo sobre as posições partidárias nos anos de maior força da ditadura civil–militar. As deliberações gerais de parte do Comitê Central dos anos 1970 não estavam de acordo com as aspirações da emergente classe trabalhadora do período, identificando um extremo recuo dos dirigentes da sigla, movimentação contrária aos anseios dos trabalhadores que reorganizavam-se. Há, também, preocupação do líder histórico de estender a democracia para além das formalidades institucionais, intensificando a luta dos trabalhadores e a consequente conquista de direitos sociais básicos, propostas que, segundo Prestes, estariam fora das ambições da direção do PCB. A posição de conformidade do PCB na conjuntura da abertura, como expressada por Prestes, aliada à radicalidade do programa e das intervenções que eram postas pelo movimento operário do período, dificultaram a inserção dos comunistas no seio dos trabalhadores, abrindo espaço para o ingresso de ideias supostamente mais modernas e conectadas com uma nova realidade, como a criação e participação em um novo partido político, um real partido dos trabalhadores.

Ao contrário do que defendeu Prestes, as propostas conciliacionistas do PCB não foram revistas, desdobrando-se em perda de hegemonia gradual na esquerda. O grupo identificado com a socialdemocracia ganhou força no eixo central da legenda ao longo da década de 80 e gradativamente a afastou das lutas populares, como por exemplo a não participação na CUT, o que o distanciou da mais emergente central sindical do país e, por consequência, dos trabalhadores do “novo sindicalismo”. A rearticulação da linha política do PCB só seria revista em 1992, quando o grupo dirigente das décadas de 1970/1980 interrompe a trajetória do partido, cria um novo partido, o PPS, e os remanescentes comunistas resgatam o emblema da sigla, numa conjuntura em que a hegemonia petista já havia se consolidado na esquerda.

MOVIMENTO SINDICAL REORGANIZADO

⁸ PRESTES, Luís Carlos. *Carta aos Comunistas*, 1980.

Toda a controversa conjuntura de abertura política ganhou uma dinâmica ainda maior com a reorganização de um fenômeno que desde 1968, por conta da enorme perseguição da ditadura especialmente após o AI-5, se fragmentou: o movimento sindical. Tendo destaque a partir das greves metalúrgicas do ABC paulista entre 1978 e 1980, o movimento sindical ressurgiu como um dos protagonistas da vida política brasileira e tornou-se um dos elementos de destaque no nascimento daquela que seria uma das principais legendas partidárias da *Nova República*, o Partido dos Trabalhadores (PT).

É em fins dos anos 1970, mais precisamente em 1978, que o *boom* de greves começa a ganhar corpo e repercussão na mídia e na realidade brasileira. Um dos fatores determinantes para o descontentamento dos trabalhadores do setor industrial foi a revelação do jornal Folha de S. Paulo quanto à variação dos preços internos e por atacado⁹.

Além da política de arrocho implantada ao longo da ditadura, outras motivações desencadearam o estopim que levou ao reestabelecimento do movimento sindical e operário. O próprio crescimento da produção industrial ao longo da década de 1970, responsável por ampliar quantitativamente a classe trabalhadora, somado ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores, são algumas características que indicam os principais motivos para o *start* no movimento grevista¹⁰. Ao longo do regime autoritário, a região que viria a ser a principal representação do “novo sindicalismo”, o ABC paulista, passou por um profundo processo de industrialização e, aliado às frágeis políticas de distribuição de terra em nível nacional e a consequente onda urbanizadora, recebeu uma gama de imigrantes de outras regiões do país, em especial do nordeste. Em São Paulo e em sua região metropolitana, como o ABC, os trabalhadores que chegavam em busca de emprego encontravam na indústria automobilística uma oportunidade.

O sindicalismo surgido na década de 1970 concentrou-se imediatamente em diferenciar-se do chamado “sindicalismo pré-64”, pois o entendia como uma herança do corporativismo populista e, por consequência, sem referência nas bases e autonomia política. Ainda nas suas fases embrionárias, por volta de 1973, uma das preocupações do “novo sindicalismo” foi justamente a crítica explícita ao outro sindicalismo, questão que ganhou atenção dos “novos”

⁹ SECCO, Lincoln, op.cit, p. 38.

¹⁰MENEGUELLO, Raquel. PT: Inovação no sistema partidário brasileiro. Campinas, SP. Tese de doutorado. UNICAMP, 1987. p. 36.

por recorrentemente associarem o golpe de Estado de 1964 à atuação dos sindicalistas do pré-1964, acusando-os de terem atuação recuada e conciliacionista com o patronato.

As greves iniciadas no setor industrial tornaram-se fundamentais para o estopim de levantes em outras categorias profissionais e em regiões do país. Impulsionados pelos operários, especialmente do ABC, assalariados de classe média e trabalhadores da construção civil e de serviços, marcaram posição política do início dos anos 1980 que culminaria não somente na conquista de direitos, mas também na abertura política rumo à democracia.

Mesmo proporcionalmente não sendo a principal categoria no que diz respeito às paralisações no início dos anos 1980, o exemplo prático de se alcançar vitórias e ganhos para a categoria, em meio à conjuntura de repressão, serviu para os trabalhadores industriais tornarem-se o objeto de referência para as demais camadas da classe trabalhadora. A possibilidade de se obter resultados expressivos através de greves e, posteriormente, o protagonismo em um partido político que se pretendia defensor das pautas históricas da classe trabalhadora, ainda que composto significativamente e desde o seu início por uma estratificação ampla de segmentos, marcara um momento fundamental na realidade nacional, isto é, a classe trabalhadora buscava retomar seu protagonismo na vida política brasileira.

As paralisações do ABC paulista resultaram numa nova realidade na conjuntura de abertura, a polarização ante o patronato tornou-se mais aguda e a posterior adesão à disputa eleitoral expôs um novo cenário no jogo político brasileiro. A presença deste personagem garantiu um maior equilíbrio de forças no caminho à democracia, no sentido de permitir aos trabalhadores ter mais voz nas decisões políticas, ainda que esta conquista não fosse obra somente do movimento operário. Os desdobramentos subsequentes às greves dos anos 1970/1980 modificaram sua essência por conta da atuação militante daqueles movimentos, ou seja, a presença da reorganização trabalhadora transformou os alicerces da política na conjuntura da abertura, no sentido de ampliar a participação popular na formação da *Nova República* que surgia. O processo de abertura dos anos 1970/1980 é bastante controverso e determinado por fatos e agentes para além das greves do período, assim é impreciso avaliar a democracia como fruto somente da movimentação dos trabalhadores, contudo a presença deste elemento tornou bastante particular o processo da transição política.

O “NOVO SINDICALISMO” EM UM PARTIDO

Compreendido que, embora importante e com bastante destaque no cenário político-social, o espaço sindical ainda reprimido pela ditadura limitava a atuação dos trabalhadores, tornou-se viável pensar em um outro modelo legítimo e possível de luta, isto é, o campo político-partidário¹¹. É em fins do decênio de 1970, num processo paralelo à avalanche de mobilizações que estouram no país, que materializa-se a ideia de fundação de um partido dos trabalhadores. Diversas lideranças do movimento operário, antes questionadoras quanto às necessidades e intenções dos partidos em geral, passaram a vislumbrar a importância de se articular pela via eleitoral, ampliando e capacitando a resolução das complexas e abrangentes pautas dos trabalhadores.

O papel das lideranças sindicais serviria para aprofundar as discussões em torno do projeto e do programa do embrionário partido, uma vez que pretendia-se criar um instrumento inovador e desprendido das tradições da esquerda ao longo do século XX. Neste contexto, a democracia partidária e a aproximação entre a direção e base, deveriam ser intensas e permanentes, objetivando a maior participação possível da classe nas resoluções e deliberações do partido.

A gradual guinada à via partidária de setores do “novo sindicalismo”, entretanto, gerou um enfraquecimento das mobilizações do setor industrial no início dos anos 1980. Se em 1978 o setor industrial fora responsável por 75,9% das greves no território nacional, esse número baixou a 29,7%¹² em 1981, abrindo espaço para outras categorias de trabalhadores que, referenciados no setor industrial, mobilizaram-se contra as condições de trabalho e o regime em si, como assalariados de classe média que configuraram 44,6% das greves no mesmo ano. A dedicação e o empenho em mobilizar os trabalhadores para a plena execução de seu partido, o PT, a necessidade de liberação de pessoal para o funcionamento da máquina partidária e as preparações visando as disputas eleitorais de nível estadual em 1982, diminuíram a quantidade e intensidade das paralisações no setor industrial, situação diferente do final da década anterior.

ORGANIZAÇÃO INTERNA E A NECESSIDADE DE CENTRALIDADE EM UMA CORRENTE

¹¹ MENEGUELLO, Raquel, op. cit, p. 44.

¹² Dados de gráfico retirados de TAVARES DE ALMEIDA (1983) apud MENEGUELLO, op.cit, p. 40.

A permissão à formação de tendências internas no PT foi oficializada no dia 20 de maio de 1990¹³, apesar desta condição estar desde os primórdios do partido presente em seu interior, de modo que podemos considerar esta regulamentação tardia em relação às práticas que desenvolvera-se ao longo dos primeiros dez anos do partido. Esta característica é, sem dúvida, o elemento chave para a confirmação do PT enquanto partido de esquerda diferente das demais experiências que vivera a política brasileira até àquele momento.

Em um contexto de tentativa de reestabelecimento da democracia no Brasil, aliado ao fortalecimento de movimentos críticos às conduções políticas nos próprios países comunistas, a consolidação da *democracia interna* solucionou a questão da autonomia em relação ao histórico recente do movimento comunista internacional sem perder, aparentemente, seu caráter classista. Permitir a diversidade no interior da legenda, garantiu ao PT declarar-se novo e moderno em sua concepção, além de potencializar e provocar na sociedade a discussão sobre democracia partindo de um elemento fundamental, isto é, o próprio partido.

A possibilidade de organizar-se em tendências, fez com que o PT se tornasse um grande leque que abrangia desde militantes recém-saídos da luta armada até os críticos do comportamento dos comunistas diante da resistência à ditadura e ao caos no leste europeu que começava a enforçar o movimento comunista internacional. Neste quadro, a permissiva política de tendências foi fundamental para alavancar a legenda a uma condição de partido de massas mesmo que, num primeiro momento, essa adesão não tenha significado conquistas eleitorais.

De início, as principais tendências internas do PT representavam com relativa clareza os campos políticos que disputavam a hegemonia do partido, sem esquecer, naturalmente, da influência que setores da sociedade desenvolviam no interior da estrutura sem estar, necessariamente, vinculado a alguma destas tendências ou de personagens que não atrelaram-se organicamente a nenhuma delas, mas que executavam cargos e discussões de suma importância. As tendências que conformaram-se no partido em seu início advinham de diversos componentes sociais e com táticas e práticas políticas bastante plurais, isto é, desde a crença na tomada do poder pela via bélica *versus* o crescimento eleitoral, até os adeptos de um partido mais “obreirista” *versus* intelectualização.

¹³ SECCO, Lincoln, *op.cit.*, p. 92.

Da luta armada, juntaram-se ao novo partido, com maior destaque, o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e o PRC (Partido Revolucionário Comunista). A primeira agremiação, ficou conhecida por ter-se originado de um rompimento de setores do PCB que, inconformados com a tática de frente ampla proposta pelo partido quando do golpe de 1964 defenderam a entrada do PC brasileiro na luta armada e acabaram expulsos do partido dando origem ao PCBR. Posteriormente à luta armada, realidade que praticamente o desmantelou, culminando na morte de Mário Alves, uma de suas lideranças, o PCBR gradativamente alocou-se no PT como tendência de mesmo nome. Já o PRC originou-se como racha do PCdoB quando da avaliação dos resultados da Guerrilha do Araguaia, e abrigou-se no PT compreendendo o novo partido como um importante instrumento de disputa e com potencial de radicalização democrática. O PRC teve como um de seus principais quadros José Genoíno, o qual tornou-se deputado federal constituinte em 1986, destacando-se por sua postura bastante combativa no Congresso Nacional.

Para além de herdeiros da luta armada, agruparam-se no PT outros grupos que iniciaram sua militância anos antes da fundação oficial do partido, em 1980. Um desses grupos passou a atuar no interior da legenda sob a tendência *Convergência Socialista* que, opostamente ao PCBR e ao PRC, tinha em suas teorias heranças trotskistas, mais precisamente inspiração do teórico argentino Nahuel Moreno. Os embriões da *Convergência Socialista* datam do ano de 1974 quando um grupo de militantes trotskistas fundaram a Liga Operária, que no Brasil apresentou-se pelo nome de PST (Partido Socialista dos Trabalhadores). A *Convergência*, propriamente dita, organiza-se no ano de 1978, participando ativamente das greves do ABC paulista e tendo papel de destaque naquele movimento, especialmente através da figura de José Maria de Almeida, uma de suas principais lideranças, além de criticar constantemente os métodos e a organização do “socialismo real” e sua “stalinização”, bem como o reformismo socialdemocrata.

A *Convergência Socialista* foi uma das principais integrantes do movimento pela organização de um partido dos trabalhadores, e desde os primórdios do PT colocou-se como uma das porta-vozes do operariado organizado em São Paulo. A fundação da CUT contou com ampla participação da *Convergência*, tendência que ocupou com diversos nomes a direção executiva da Central como Zé Maria, Cyro Garcia e Paulo César Funghi. No decorrer da década de 1980, a relação entre a tendência e a direção majoritária do PT foi desgastando-se aos poucos, tendo seu ápice no V Encontro Nacional do partido, quando fora aprovada uma resolução que

impedia a existência de “partidos dentro do partido”, isto é, a direção petista afirmava ser incompatível haver partidos complexos dentro do PT disputando espaço com o próprio PT, mas na prática radicalizava-se um processo de centralização política na direção nacional. No início dos anos 1990, com uma relação insustentável entre a tendência e a direção majoritária do partido, a *Convergência* acabou expulsa do PT e em 1994 fundou um partido próprio, o PSTU.

As divergências quase inconciliáveis entre as diversas propostas agrupadas no interior do Partido dos Trabalhadores, tornava quase indispensável a centralidade em torno de algum grupo com capacidade de unificação. Tratando-se de uma agremiação protagonizada no seio da classe trabalhadora, caberia a ela garantir o papel principal das discussões e decisões políticas mais gerais e norteadoras do programa petista. Neste quadro, surge uma tendência interna com características inquestionáveis quanto à sua legitimidade de conduzir o partido: a *Articulação dos 113*. Referenciada em Lula, o mais popular das lideranças operárias das greves do ABC, a *Articulação* apegou-se a um discurso anti-intelectual e anti-vanguardista para garantir a hegemonia interna e conduzir os rumos do PT. Considerada por muitas *tendências* como sendo de centro-direita no que diz respeito às pautas políticas no interior do partido, a *Articulação* contava com quadros sindicalistas como Djalma Bom, Devanir Ribeiro, Luiz Gushiken, além de personalidades como José Dirceu, que apesar de seu histórico na luta armada não alinhou-se às correntes provenientes diretamente da mesma¹⁴.

A primeira mostra de força da *Articulação* deu-se no Encontro Estadual de São Paulo, em 1983, quando angariou 73% dos votos e portanto o controle direcional do mais importante estado petista até ali¹⁵. O peso político daquela tendência significou um aumento da burocracia interna com a justificativa de unificar o conjunto do partido, assim, no decorrer da década de 1980, e especialmente após o fracasso eleitoral de 1982, o PT buscou mais constantemente o consenso, ainda que continuasse sendo majoritariamente um partido extraparlamentar e multifacetado. A *Articulação dos 113* concentrou a hegemonia do partido ao longo dos anos 1980, com uma linha teórica pouco clara e apegando-se às personalidades individuais que nela estavam, como Lula, e foi perder o controle somente ao cindir-se no início dos anos 1990, quando originou as correntes *Unidade na Luta* e *Manifesto Última Hora*.

¹⁴IDEM, p.283.

¹⁵ IDEM, p. 95.

O destaque que o PT alcançou como principal partido aglutinador da esquerda brasileira ao longo da *Nova República*, fora possível pela transformação do partido num grande leque de correntes e tendências das mais variadas vertentes. Entretanto, a imprecisa definição petista de como dar-se-ia sua organização interna, esboçada muita mais no voluntarismo e na espontaneidade de suas bases do que na elaboração teórica fundamentada, gerou certa incompatibilidade das mais diversas correntes que ali abrigavam-se. Além disso, conforme a burocratização de seus quadros e de sua direção tornavam-se mais frequentes devido aos cargos sindicais e públicos que surgiam, o diálogo permanente e horizontal entre a base e a direção foi sumindo, dando lugar a uma verticalização que pouco representava os interesses iniciais do partido.

PODER POPULAR OU ELEIÇÃO: QUAL SOCIALISMO?

Apesar de conter grupos radicais e assumir uma perspectiva “socialista”, o PT nunca teve clareza quanto ao que se entendia por este termo. Englobado numa conjuntura internacional de ascensão intensa do neoliberalismo, representado pelos casos de Thatcher no Reino Unido e de Reagan nos EUA, e de uma decadência paulatina do campo comunista internacional, com o surgimento de diversos movimentos de oposição aos situacionistas partidos comunistas no leste europeu e em demais países sob influência da União Soviética, o PT precisou colocar-se numa posição intermediária entre estes dois extremos.

A definição petista de “socialismo” sustentava-se na discussão elaborada pelo partido sobre poder popular, isto é, aumento da participação do povo, sobretudo a classe trabalhadora, nas decisões políticas. Surgido num ambiente de recorrentes greves e assembleias gerais, o sentimento de decisão coletiva emoldurou as estruturas iniciais do PT, mesmo sendo essa característica insuficiente para o partido autodeclarar-se “socialista”. A preocupação constante em ampliar a participação popular nas decisões do sindicato e do jogo político brasileiro, através de conselhos e assembleias de base por locais de moradia e trabalho, garantiu efetivamente o amadurecimento dos trabalhadores enquanto agentes participativos numa perspectiva em que estes tomariam para si a responsabilidade de conduzir os rumos políticos dos ambientes de seu cotidiano. Contudo, o grande apelo petista à participação eleitoral impôs um enorme antagonismo entre o fortalecimento dos germes de poder popular e a ida para um sistema eleitoral viciado e hegemônico por forças conservadoras. Neste sentido, tornou-se incoerente para o PT apostar na tática do poder popular e ao mesmo tempo exceder o vínculo com a

democracia formal, uma vez que a segunda opõe-se unilateralmente à primeira, excluindo a possibilidade de participação dos trabalhadores em grande escala e permanentemente.

Definir o que de fato significou o pretendido “socialismo petista”, é, necessariamente, desconsiderar a inconsistência teórica e prática desta expressão no ambiente petista e até mesmo a relação que cada tendência interna tinha com essa ideia. O PT e sua estrutura permitiram concepções de “socialismo” diferentes como fator a fim de legitimar uma democracia que deveria ser exportada para o conjunto da sociedade brasileira. As inconsistências quanto às formas de radicalização e ampliação da participação popular diante de instrumentos institucionalizados já estabelecidos¹⁶, a indefinição quanto às políticas econômicas propostas ao conjunto dos trabalhadores e mesmo os incoerentes posicionamentos no campo político internacional, em uma conjuntura de acirrada polaridade, indicam que imprecisões teóricas eram propositalmente externalizadas. Neste sentido, analisa-se as bases de fundamentação teórica do PT, desde sua origem, como propositalmente confusas, na perspectiva de abranger concepções diversas que abarcassem a grande diversidade interna existente e ao mesmo tempo dando respostas imediatas e táticas ao conjunto dos trabalhadores e da sociedade, mas negando um horizonte estratégico a estes mesmo agentes no que concerne, sobretudo, ao socialismo como objetivo. O PT propunha-se a ser um partido revolucionário ou reformista? Conformer-se-ia com as lutas somente no campo social? Aliaria esta tática ao jogo institucional ou privilegiaria a institucionalidade como eixo de ação? A ausência dessas respostas e a não definição nos espaços internos do partido no seu nascer, foram fundamentais para encaminhar o partido gradativamente para o campo político-institucional, tornando esta tática central na política petista.

BIBLIOGRAFIA

COELHO, Eurelino. Uma esquerda para o capital: Crise no marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Niterói, RJ. Tese de doutorado. UFF, 2005

DA COSTA, Izabel Cristina Gomes. O caleidoscópio político do “Novo trabalhismo”: os socialistas do centro de mobilização trabalhista. In: Revista Contemporânea – Dossiê Contemporaneidade. Ano 1, nº1, 2011

¹⁶ MENEGUELLO, op. cit, p. 94.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão orgs. *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009

KECK, Margaret E. *PT – a lógica da diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo. Ática, 1991.

LOPES, Rosalba. *Sob o signo da metamorfose: as esquerdas comunistas brasileiras e a democracia (1974-1982)*. Tese de Doutorado, UFF, Niterói, 2010

MENEGUELLO, Raquel. *PT: Inovação no sistema partidário brasileiro*. Campinas, SP. Dissertação de mestrado. UNICAMP, 1987

PANDOLFI, Dulce Chaves. *A trajetória de Luiz Carlos Prestes*. In: FERREIRA; Jorge; REIS, Aarão Daniel (orgs). *Revolução e Democracia (1964-...)* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.,p.

SANTANA, Marco Aurélio. *O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate*. In: *Revista de sociologia e política* n° 10-11, Curitiba, 1998

SECCO, Lincoln. *História do PT (1978-2010)*. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2011

PRESTES, Luís Carlos. *Carta aos Comunistas, 1980*. In: <https://pcb.org.br/fdr> acesso em 04/01/2017